



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES-MG
SECRETARIA DE OBRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Registro de Preço para Contratação de Empresa Especializada para Execução de Sondagem de Simples Reconhecimento (SPT), Sondagem Rotativa Mista e Levantamento Planialtimétrico em terrenos de uso do Município de Cataguases-MG.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de Empresa Especializada para Execução de Sondagem de Simples Reconhecimento (SPT), Sondagem Rotativa Mista e Levantamento Planialtimétrico em terrenos de uso do Município de Cataguases-MG.

ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR TOTAL
1	SONDAGEM							R\$ 206.992,08
1.1	SEINFRA	CO-28390	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SONDAÇÃO A PERCUSSÃO COM ENSAIO DE PENETRAÇÃO PADRÃO (SPT) - (CUSTO FIXO)	UNID	15,00	850,00	1.110,77	16.661,55
1.2	SEINFRA	CO-28388	SONDAÇÃO A PERCUSSÃO COM ENSAIO DE PENETRAÇÃO PADRÃO (SPT), DIÂMETRO 2.1/2", EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	M	900,00	72,50	94,74	85.266,00
1.3	SUDECAP	95.06.01	MOBILIZACAO E DESMOBILIZACAO - SONDAÇÃO ROTATIVA	UNID	3,00	3.000,00	3.920,35	11.761,05
1.4	SUDECAP	95.06.03	PERFURACAO EM SOLO COM SONDAÇÃO ROTATIVA	M	204,00	350,00	457,37	93.303,48
2	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO							R\$ 130.164,80
2.1	SEINFRA	CO-27361	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL - TERRENO ATÉ 2.000 M2	UNID	10,00	1.380,60	1.804,14	18.041,40
2.2	SEINFRA	CO-27363	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL - TERRENO DE 2.001 A 10.000 M2	UNID	2,00	3.376,00	4.411,70	8.823,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES-MG
SECRETARIA DE OBRAS

2.3	SEINFRA	CO-27367	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL - TERRENO DE 10.001 A 50.000 M2	M2	100.000,00	0,43	0,56	56.000,00
2.4	SEINFRA	CO-27369	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL - TERRENO MAIOR QUE 50.001 M2	M2	110.000,00	0,33	0,43	47.300,00
TOTAL								R\$ 337.156,88

O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **Serviço Comum de Engenharia**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por igual período a exclusivo critério da Contratante.

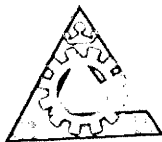
O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, conforme abaixo:

A demanda em questão diz respeito à necessidade de informações no sentido de subsidiar o planejamento e elaboração dos projetos para obras de Engenharia/Arquitetura. É importante ressaltar que, para obras em que há a execução de fundações (sejam obras novas, reformas ou acréscimos), é obrigatório pelo menos a execução de investigação geotécnica preliminar constituída, no mínimo, por sondagens à percussão (com SPT), visando determinar a estratigrafia e classificação dos solos, a posição do nível d'água e a medida do índice de resistência à penetração N_{spt} , conforme preconiza a NBR 6122/2022 – Projeto e execução de fundações. Podem ser necessários também em obras de drenagem, esgoto e fornecimento de água, bem como onde há grande movimentação de terra.

Já a sondagem rotativa é um tipo de sondagem realizada exclusivamente de forma mecânica e geralmente é utilizada quando há a necessidade de atravessar solos/rochas impenetráveis pelo método SPT. Assim como as demais sondagens, o procedimento fornece informações



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES-MG
SECRETARIA DE OBRAS

importantes sobre o solo, necessárias para desenvolvimento do Projeto de Fundação. Portanto, a sondagem rotativa (SR) é demandada em pontos em que a sondagem comum à percussão atinge seu limite e não consegue mais penetrar. Nessa situação e, sendo necessário amostras mais profundas, faz-se uso da sondagem rotativa para atender à demanda de informações das camadas do solo e resistência deste.

Nesse sentido, a necessidade da sondagem a percussão (SPT) e rotativa (SR) não é apenas para atender às normas vigentes como também é essencial para a garantia de obras públicas mais eficientes e econômicas.

O levantamento planialtimétrico é uma etapa essencial de uma obra. Por meio dele, é possível detalhar as características superficiais de um terreno e gerar uma representação gráfica das propriedades de uma área, a planta topográfica é um elemento também essencial em projetos de engenharia. Os estudos planialtimétricos são fundamentais para que se conheçam em detalhes as características da superfície de determinado terreno, sendo etapa básica do processo de implantação de empreendimentos construtivos. É a planialtimetria que vai definir diversos elementos da obra, como nivelamento do terreno, o local de implantação dos pilares da fundação, a definição do esquadro e o alinhamento do perímetro. Além disso, os estudos planialtimétricos são requisito obrigatório do ponto de vista legal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A melhor solução encontrada é o Registro de Preço para Contratação de Empresa Especializada para Execução de Sondagem de Simples Reconhecimento (SPT), Sondagem Rotativa Mista e Levantamento Topográfico em terrenos de uso do Município de Cataguases-MG.

Serão executadas as sondagens simples a percussão (SPT) para reconhecimento do solo, seguindo rigorosamente o estabelecido na NBR 6484/2020 – “Solo – Sondagem de simples reconhecimento com SPT.

Sondagem rotativa (SR) conforme Manual de Sondagens da ABGE (Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental).

Em relação ao levantamento planialtimétrico deverá seguir os parâmetros norma brasileira NBR 13133/1994.

A preferência por ata de registro de preços busca a praticidade no certame e a facilidade visando a solicitação dos serviços à medida que as demandas por projetos aparecem.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões, conforme, a garantia contratual somente será exigida quando a complexidade do valor da contratação importar em consideráveis riscos de prejuízos à Administração em razão do inadimplemento do contratado, o que não é o caso do presente.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, uma vez que o serviços serão requeridos à medida que haja necessidade de estudo do solo e levantamento para obras dos município

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES-MG
SECRETARIA DE OBRAS

contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

O objeto será fornecido pela empresa vencedora de forma parcelada, somente após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) que será emitida pela Secretaria Municipal de Obras. Após a emissão da Autorização de Fornecimento do Produto pela Secretaria Competente, conforme memoriais de aplicação, com detalhamento da área de aplicação, quantidade, cronograma de execução emitidos pelo Setor de Engenharia da Prefeitura.

Apresentar ao fiscal administrativo da Secretaria de Obras no prazo máximo de 2 (Dois) dias após a "Ordem de Serviço" inicial: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, no CREA/MG ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, no CAU. O início do serviço será no prazo de 72 horas após a aceitação do contratante da documentação acima.

Cumprir dentro do prazo contratual, as obrigações assumidas conforme este Termo de referência.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das



estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES-MG
SECRETARIA DE OBRAS

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).



O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Medição

- 7.1.1. A medição será realizada mensalmente, em uma única oportunidade/ocasião, pela fiscalização e gestão, e recairá sobre as parcelas dos serviços/etapas do(s) serviço(s) efetivamente executadas.
- 7.1.2. A CONTRATANTE visa evitar que a CONTRATADA execute apenas as parcelas(itens da planilha orçamentária) do serviço de maior relevância financeira, deixando de priorizar a execução total e integral das especificações técnicas constantes na Planilha Orçamentária.
- 7.1.3. Considerando a dinâmica de trabalho empregada pela CONTRATADA a mesma deverá, sempre que possível, obedecer aos percentuais limites definidos para cada etapa/mês, percentuais esses que foram estipulados pela Administração.
- 7.1.4. Qualquer que seja a dinâmica de trabalho empregada pela CONTRATADA em relação à(s) etapa(s)/mês(meses), a mesma jamais poderá extrapolar o prazo total de conclusão do serviço sob pena de incorrer em multa e demais sanções descritas neste Edital e Contrato Administrativo.
- 7.1.5. As medições dos serviços previstos serão executadas mensalmente mediante a apresentação da fatura correspondente ao somatório dos custos referentes à mão- de-obra empregada, encargos, tributos e emolumentos.
- 7.1.6. Se forem constatados erros nas medições, suspender-se-á a contagem do prazo para pagamento, voltando o mesmo a contar, a partir da entrega das medições corrigidas



7.2 Do recebimento

- 7.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto pela administração, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, estiverem executados em sua totalidade.
- 7.2.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 7.2.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.2.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.2.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.2.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.2.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.2.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.2.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.2.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.2.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES-MG
SECRETARIA DE OBRAS

- 7.2.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.2.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.2.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.2.15. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.2.16. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 7.2.17. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.2.18. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.2.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.2.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento decobrança.
- 7.2.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



7.3 Do pagamento

- 7.3.1. Aprovada os valores, os documentos fiscais deverão ser entregues até o 8º (oitavo) dia útil do mês seguinte ao medido na PREFEITURA, considerando os preços unitários constantes de sua proposta.
- 7.3.2. O pagamento mencionado no item anterior será feito através de cheque nominal a empresa ou através de conta corrente da Contratada, valendo o comprovante de depósito como recibo.
- 7.3.3. Deverá constar do Documento Fiscal o número do empenho, bem como banco, agência e conta corrente sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informação fundamental.
- 7.3.4. A EMPRESA VENCEDORA deverá obrigatoriamente apresentar junto com o DOCUMENTO FISCAL:
Regularidade fiscal (Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa sendo: Federal, Estadual e Municipal)
Regularidade trabalhista (Certidão de Regularidade FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas)
- 7.3.5. Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado, a partir da apresentação do documento corrigido.
- 7.3.6. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento.
- 7.3.7. A Prefeitura reserva-se o direito de descontar de pagamentos devidos à Contratada, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais.
- 7.3.8. No caso de ocorrência de verificação por parte da fiscalização da Prefeitura, de vícios ou defeitos decorrentes de mão-de-obra ou material empregado na execução dos serviços, o valor correspondente ao serviço viciado será descontado do Documento Fiscal que será encaminhado para pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**

8.2 Regime de execução

O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.



8.3 Critérios de aceitabilidade de preços

Para o objeto sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será: valor global, conforme valor estimado da licitação

8.4 Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Qualificação Técnica

8.4.1 Registro e regularidade da empresa perante a entidade profissional competente (CREA e/ou CAU) com apresentação de sua respectiva CND.

8.4.2 Declaração com indicação de engenheiro responsável adequado e disponível para a realização do objeto desta licitação, sendo assinado pelo responsável legal da empresa.

8.4.3 Currículo do Responsável Técnico pela prestação dos serviços.

8.4.4 Registro e regularidade do Responsável Técnico perante a entidade profissional competente (CREA/CAU) com apresentação de sua respectiva CND.

8.4.5 Atestado (s) expedido (s) por pessoas de direito público ou privado, em nome do responsável técnico de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, integrante do quadro permanente da empresa na data prevista para a entrega da proposta, no qual haja referência à responsabilidade técnica pela execução de serviços pertinentes e compatíveis ao objeto do contrato.

8.4.7 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.4.8 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.4.9 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.4.10 Os atestados deverão estar registrados no CREA ou no CAU, acompanhados dos respectivos certificados.

8.4.11 A comprovação do responsável técnico de nível superior como integrante do quadro permanente da empresa se dará através de um dos documentos relacionados abaixo:

a) Cópia da Ficha de Registro de Empregados – RE, ou;



- b) Cópia da folha do Livro de Registro de empregados, ou;
- c) Cópia do Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado, no qual conste o nome do detentor do Atestado da Capacidade Técnica, ou;
- d) Cópia de Contrato de Prestação de Serviço.

8.4.12 Termo de compromisso da empresa licitante de que o(s) responsável(is) técnico(s), detentor (es) do(s) atestados(s) referido no item 8.4.5, será(ão) o (s) responsável (is) técnico (s) pela execução do serviço devidamente assinado pelo representante legal da empresa e pelo(s) responsável (is) técnico (s), indicado (s).

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. A Contratada deverá:

- 9.1.1. Apresentar ao fiscal administrativo do serviço da Secretaria de Obras no prazo máximo de 2 (Dois) dias após a "Autorização de Fornecimento (AF)":
 - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, no CREA/MG ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, no CAU;
- 9.1.2. O início do serviço será no prazo de 72 horas após a aceitação do contratante da documentação acima.
- 9.1.3. Cumprir dentro do prazo contratual, as obrigações assumidas conforme Memorial descritivo/termo de referência, Planilha orçamentária homologados.
- 9.1.4. Assegurar, durante a execução do serviço, a proteção e conservação dos serviços realizados;
- 9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;
- 9.1.6. Permitir e facilitar, à Fiscalização ou Supervisão da Contratante, a inspeção do serviço, em qualquer dia e horário, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados;
- 9.1.7. Participar à Fiscalização ou Supervisão da Contratante a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte, indicando as medidas necessárias para corrigir a situação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES-MG
SECRETARIA DE OBRAS

- 9.1.8. Executar, conforme a melhor técnica, o serviço contratado, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, bem como, as instruções, especificações e detalhes fornecidos ou editados pela Contratante;
- 9.1.9. Obedecer às normas técnicas em vigor;
- 9.1.10. Manter à frente dos trabalhos a equipe técnica indicada em sua proposta, ou aque venha a ser aprovada pela Contratante, na hipótese de não exigência de indicação, sempre liderada por engenheiro ou arquiteto e urbanista qualificado, com capacidade e poderes bastantes para representá-la perante a Fiscalização da contratante e resolver problemas referentes aos serviços;
- 9.1.11. Manter em bom estado, todo o equipamento necessário à perfeita execução dos serviços contratados, objetivando atender ao cronograma físico, à qualidade e às especificações técnicas;
- 9.1.12. Manter equipe para acompanhamento do serviço, adequada e compatível com as exigências e qualidade técnicas pertinentes;
- 9.1.13. O engenheiro responsável deverá estar à disposição da contratada para esclarecer eventuais dúvidas nas visitas técnicas realizadas.
- 9.1.14. Assumir como responsabilidades exclusivas, todos os custos de mobilização, instalação, projetos e demais necessárias para o perfeito cumprimento do contrato;
- 9.1.15. Cumprir estritamente as normas e recomendações técnicas emanadas pelos órgãos ambientais e pela Prefeitura, na execução dos serviços.
- 9.1.16. Fazer uso dos equipamentos e materiais necessários para assegurar a plena execução dos serviços objeto desta contratação, dentro dos padrões de qualidade exigíveis.
- 9.1.17. Manter estrutura funcional suficiente, em número de funcionários e qualificação profissional, para atendimento simultâneo das diversas frentes de trabalho.
- 9.1.18. Afastar, dentro de 24 (vinte e quatro) horas da comunicação que por escrito e nesse sentido lhe fizer a PREFEITURA, qualquer de seus empregados cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, correndo por conta exclusiva da Contratada quaisquer ônus legais, trabalhistas e previdenciários, bem como qualquer outra despesa que de tal fato possa decorrer. Os empregados eventualmente afastados deverão ser substituídos por outros, de categoria profissional idêntica.
- 9.1.19. Fazer cumprir pelo pessoal as normas disciplinares e de segurança que emanarem da Prefeitura por meio de recomendações ou de instruções escritas, além de observar rigorosamente as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho.
- 9.1.20. Refazer, sem qualquer ônus à Prefeitura, os trabalhos executados deficientemente ou em desacordo com as instruções emanadas da fiscalização da Prefeitura.



- 9.1.21. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.1.22. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.1.23. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.1.24. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.25. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo/termo de referência ou instrumento congênere.
- 9.1.26. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.27. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.28. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.1.29. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.1.30. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.31. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.32. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.33. Cumprir a Lei 4.853 de 20 de junho de 2022 o qual informa que a empresa contratada fica obrigada a disponibilizar 10% das vagas do contratos de empresas terceirizadas com pelo menos dez empregados com jovens de 18 a 29 anos em busca de seu primeiro vínculo empregatício.
- 9.1.34. Cumprir a Lei 4.971/2023 o qual o qual estabelece o programa municipal de contratação de mulheres vítimas de violência doméstica.



- 9.1.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.1.36. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.2. Da Contratante:

- 9.2.1. A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento da Nota fiscal nos prazos acordados no Contrato.
- 9.2.2. A CONTRATANTE deverá NOTIFICAR quando necessário a CONTRATADA através do setor de Licitações, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto;
- 9.2.3. A CONTRATANTE não se obriga a realizar a aquisição do quantitativo total;
- 9.2.4. A CONTRATANTE poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência.
- 9.2.5. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.2.6. A Administração terá o prazo de 5 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.2.7. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 5 dias.
- 9.2.8. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 9.2.9. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 9.2.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 9.2.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 9.2.13. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES-MG
SECRETARIA DE OBRAS

9.2.14. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9.2.15. A contratante deverá nomear funcionários para fiscalização do contrato, sendo estes:

Fiscal Técnico: Reinaldo Manoel dos Santos – Engenheiro Civil – CREA-RJ-4257/D

Fiscal Administrativo: Cláudia Reis Portilho

Gestor do Contrato: José Maria Magalhães Sasso

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$337.156,88** conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária em anexo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária:

Unidade: 12 - Secretaria de Obras

Ficha: 1193- 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500.0000000 Outros Serviços de Terceiros Pessoas jurídicas

Cataguases, 08 de outubro de 2024.

Reinaldo Manoel dos Santos

Engenheiro Civil – CREA-RJ-4257/D
Elaboração do Termo de Referência

José Maria Magalhães Sasso

Secretário de Obras